

Saibham quantos este estormento de contrato virem: análise das terminações nasais em contratos dos séculos XV e XVI

Saibham quantos este estormento de contrato virem:
analysis of nasal ending in contracts from 15th and 16th centuries

Recebido em 18 de abril de 2016. | Aprovado em 08 de maio de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1.317>

Vanessa Martins do Monte¹
Phablo Roberto Marchis Fachin²

Resumo: O objetivo deste artigo é o estudo de contratos portugueses produzidos ao longo dos séculos XV e XVI. Este trabalho é de natureza filológica e situa-se no âmbito do projeto *Fontes para a História da Língua Portuguesa: edição de manuscritos dos períodos médio e clássico*. Procura-se observar o enquadramento linguístico do *corpus*, levando-se em conta a tipologia, a região e o contexto em que foi produzido, relacionando-o aos fenômenos que marcaram o período de sua produção, especificamente quanto à convergência em *-ão* das terminações nasais. Os contratos que compõem o *corpus* integram o fundo da Colegiada de Santa Maria de Guimarães, Noroeste de Portugal, constantes do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A análise de documentos dos séculos XV e XVI contribui para os estudos sobre a história do português europeu e brasileiro, uma vez que o estudo de fontes manuscritas amplia o conhecimento de documentação do período e supre a inexistência, ou a extrema raridade, de escritos produzidos em terras da América Portuguesa à época. Os contratos analisados espelham uma realidade linguística muito particular e, apesar de produzidos no período do *português médio*, revelam características que os aproximam de um estado de língua mais antigo. Tal conclusão sugere uma tendência conservadora em documentos notariais do Noroeste, que poderia, conforme o avanço das pesquisas com constituição de *corpora* de diferentes tipologias, fazer alargar-se ainda mais o período do *português médio*, cujo fim tradicionalmente coincide com a data da publicação da primeira gramática da língua portuguesa, em 1536, por Fernão de Oliveira.

Palavras-chave: filologia portuguesa; cultura escrita; documentos notariais; português médio; terminações nasais.

Abstract: This paper studies Portuguese contracts produced over the 15th and 16th centuries. This work has a philological nature and it relates with the project *Fontes para a História da Língua Portuguesa: edição de manuscritos dos períodos médio e clássico*. We observe the linguistic framework of the *corpus*, taking into account the type of text, the region and the context in which it was produced, relating it to the phenomena that marked the period of production, specifically the convergence of nasal endings in *-ão*. The corpus is formed by contracts from the Colegiada de Santa Maria de Guimarães, northwestern Portugal, archived in the National Archives of Torre do Tombo. The analysis of documentation from the fifteenth and sixteenth centuries contributes to the studies of the history of European and Brazilian Portuguese, since the study of manuscript sources extends the informations about this period of documentation and supplies the absence or extreme rarity of writings produced in Portuguese America at the time. The contracts analyzed reflect a very particular linguistic reality. Although they are produced in the called *português médio* period, it reveals characteristics that approximate those of an older language status. This finding suggests a conservative trend in notarial documents from Northwest, which could,

¹ Professora da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde fez Mestrado e Doutorado na área de Filologia e Língua Portuguesa. É autora do livro *Correspondências Paulistas: formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775)*. Desenvolve pesquisas na área de Filologia Portuguesa e História da Língua. vmonte@usp.br.

² Professor da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde fez Mestrado e Doutorado na área de Filologia e Língua Portuguesa. É autor do livro *Descaminhos e Dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII*. Desenvolve pesquisas na área de Filologia Portuguesa e História da Língua. phablo@usp.br.

according to the advancement of research, to broaden even further the *português médio* period, that ends traditionally with the publication date of the first Portuguese grammar in 1536 by Fernão de Oliveira.

Keywords: Portuguese philology; written culture; notarial documents; nasal endings.

Introdução

O objetivo deste texto é o estudo de contratos portugueses produzidos ao longo dos séculos XV e XVI. Os documentos integram o fundo da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, noroeste de Portugal, constantes do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tais contratos pertencem ao macro conjunto de documentos de caráter jurídico, também chamados de notariais (MARTINS, 2001, p. 7). A importância do trabalho com documentação não-literária como fonte para estudos linguísticos pode ser atestada em diversos trabalhos, como Maia (1986), Martins (1994; 2001) e Cardeira (2005), com produção de excelentes resultados.

A pesquisa sobre o período do *português médio*³, cujo início se situa em finais do século XIV e cujo término simbólico é tradicionalmente o ano de 1536 (CARDEIRA, 2005), data da publicação da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, vem crescendo nos últimos anos, embora o período não tenha sido ainda “objecto de uma análise linguística sistemática”, conforme aponta Cardeira (2013, p. 543). Trata-se de um período crítico para a história do português e a ele está associada a expansão da língua, tendo sido este o estado de língua trazido para a América Portuguesa, daí sua importância para os projetos brasileiros de história da língua portuguesa.

O trabalho desenvolve-se no domínio da filologia, que, na visão de Ivo Castro (1992, p. 124), com a qual concordamos, é

a ciência que estuda a gênese e a escrita dos textos, a sua difusão e a transformação dos textos no decurso da sua transmissão, as características materiais e o modo de conservação dos suportes textuais, o modo de editar os textos com respeito máximo pela intenção manifesta do autor.

A pesquisa situa-se no âmbito do projeto *Fontes para a História da Língua Portuguesa: edição de manuscritos dos períodos médio e clássico*⁴, cujos objetivos são a edição e o estudo de textos manuscritos em português, com base em edição conservadora e exame de traços que caracterizam o estado de língua da época. A análise dos contratos quatrocentistas e quinhentistas que compõem o *corpus* deste texto faz avançar nos estudos sobre a história do português europeu e brasileiro, uma vez que o estudo de fontes manuscritas, por meio do trabalho filológico proposto pelo projeto, amplia o conhecimento de documentação do período e supre a inexistência, ou a extrema raridade, de escritos produzidos em terras da América Portuguesa à época⁵, com isso contribui também para as pesquisas do *Projeto Para a História do Português Paulista*. Preenche, dessa forma, uma lacuna de escritos produzidos em terras paulistas no período e pode servir de parâmetro para demonstrar um determinado uso da língua portuguesa que pode ter vindo para a América com os portugueses daquela região.

A transformação da escrita em objeto de análise leva necessariamente ao olhar interdisciplinar sobre os registros escritos, necessidade que se intensifica conforme a antiguidade dos textos. Para a leitura e a compreensão dos contratos quatrocentistas e quinhentistas em questão mobilizam-se, além dos conhecimentos paleográficos, filológicos e linguísticos, saberes da área da historiografia e da cultura escrita, que permitem compreender as múltiplas especificidades dessa prática social e cultural.

³ A Lindley Cintra é atribuída a denominação *Português Médio* (CASTRO, 1999), período caracterizado por um feixe de grandes transformações que afetaram todos os estratos do sistema linguístico do português (CASTRO, 1999, p. 367). Embora a história da língua portuguesa tenha sido dividida por alguns autores com critérios variáveis (CASTRO, 2006), o período a que se refere este estudo, com denominações diferentes, já possuía uma classificação ou pelo menos já era observado com características peculiares por determinados pesquisadores: 1) fase que se caracteriza pelo seu aspecto de transição onde alguns fenômenos correntes na fase anterior, ainda que persistindo, já denunciam acentuada tendência de mudança (BECHARA, 1991, p. 69-70); 2) coexistência de “formas e os tratamentos próprios da etapa anterior com formas e tratamentos que já anunciam o português do período clássico” (MAIA, 1995, p. 79); 3) simples transição entre o que ficou conhecido como português antigo e clássico (CASTRO, 1999); 4) “mais do que período de transição, pode definir-se como um período crítico, crucial na história da língua portuguesa” (CARDEIRA, 2005, p. 292).

⁴ Coordenado pelo Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto, o subprojeto a que se vincula o presente artigo tem como objetivo apresentar a edição fidedigna de textos manuscritos paulistas, lavrados nos séculos XVI e XVII, que venham a servir de base para estudos linguísticos do período, sendo que, para a segunda metade do século XV e primeira metade do século XVI, elegem-se textos em português produzidos em Portugal.

⁵ De acordo com Moraes de Castilho (2011), inventários e testamentos, escritos em São Paulo no século XVI (1578 e 1590, especificamente), juntamente com as atas da câmara da vila de São Paulo (a mais antiga data de 1562, a de Santo André, de 1555), são os documentos públicos mais antigos da cidade, situando-se entre os primeiros documentos escritos no Brasil. As atas de Recife e de Salvador, que seriam mais antigas que as de São Paulo, se perderam.

Leva-se em conta que a língua está em constante variação e mudança, continuamente em evolução. No que se refere ao período em que o *corpus* foi produzido, atestam-se, segundo Cardeira (2005; 2013), os seguintes fenômenos linguísticos: convergência em *-ão* das terminações nasais; inserção de iode na sequência *-eo*, *-ea*; síncope de *-d-* no morfema número-pessoal; substituição da terminação nominal *-vil* por *-vel*; substituição dos participios em *-udo* por *-ido*, nos verbos da 2ª e da 3ª conjugações latinas; e desaparecimento das formas átonas dos possessivos. Tais processos de variação e mudança atingem, de forma mais ou menos regular, a escrita. Nesse contexto, os contratos espelham uma realidade linguística em particular, especificamente no campo gráfico, a qual, embora conservadora e predominantemente regular, em algum momento revela, senão o processo de transformação que a língua portuguesa sofreu, o resultado desse processo.

De acordo com Cardeira (2009, p. 113), “as históricas circunstâncias reuniram, no Portugal do século XV, um conjunto de factores que promoveram a mudança linguística”. O distanciamento entre norte e sul e diversos fatores decorrentes dele fizeram com que esse conjunto se verificasse predominantemente no espaço meridional. No Norte, principalmente na escrita, por um longo tempo, conservaram-se as características do estágio anterior do português, retardando ainda mais o aparecimento de marcas de tal processo em tipologias documentais mais conservadoras, produzidos em contextos notariais e religiosos, por exemplo.

Nessa perspectiva, o presente estudo procura observar o enquadramento linguístico do *corpus*, levando-se em conta a região e o contexto em que foi produzido, e relacionando-o aos fenômenos que marcaram o período de sua produção, especificamente quanto à convergência em *-ão* das terminações nasais. A eleição de tal aspecto linguístico deve-se ao fato de ser este um dos fenômenos balizadores para a periodização do português médio. Como Fachin e Monte (2016) observaram a ampla utilização de grafias etimológicas em contrato datado de 1506, proveniente de Guimarães, para verificar se se tratava de uma particularidade daquele documento ou de um fenômeno mais amplo, decidiram recolher mais documentos da mesma espécie documental e do mesmo período, século XVI, a fim de verificar se encontrariam mais casos de grafias etimológicas. A leitura inicial dos manuscritos comprovou a existência de número considerável de grafias etimológicas. Assim, a hipótese com que se trabalha é a de que, em tipologias documentais mais conservadoras, a convergência das terminações nasais pode ter levado muito mais tempo para aparecer. Para testar a hipótese, estendeu-se o período do *corpus* de documentos desse gênero para além do período estudado por Cardeira (2005), que se encerra em 1500. O *corpus* utilizado nesta pesquisa estende-se até 1596.

Embora na fala o português vivesse um período de extrema variação linguística (CARDEIRA, 2013), os escribas responsáveis pela produção dos contratos tendiam a continuar escrevendo-os da maneira como estavam acostumados a fazer, ou seja, como conheciam a escrita de acordo com a sua tradição e tipologia. Tal fato, no entanto, até poderia estar relacionado predominantemente à formalidade diplomática do documento e do contexto de produção notarial, porém não impediu que tais documentos ainda pudessem revelar aspectos da língua do período em que foram escritos, não correspondendo apenas a aspectos gráficos e formulaicos, como já verificou Martins (2001) em estudo com documentos do Noroeste de Portugal.

Assim, ao arrepio da ideia de que os textos não-literários, nomeadamente notariais, são discursivamente pobres, caracteristicamente repetitivos e carregados de fórmulas e construções cristalizadas, o estudo que realizei mostrou que a cristalização sintáctica destes textos é apenas aparente. Neles a colocação dos clíticos muda até em fórmulas que «não mudam». (MARTINS, 2001, p. 30)

O notariado português

De acordo com Gomes (2000, p. 246), na gênese do notariado público português se encontra uma pluralidade de fatores, institucionais e culturais, bem como, ainda, de contextos de realização em que a via da autoridade régia será apenas uma das faces. Sobre o tabelionato português, o autor defende que o seu surgimento remonta ao reinado de D. Afonso II (1211-1222) e seu impulso deve-se fundamentalmente ao poder real e ao notável aperfeiçoamento dos meios que sustentavam a produção legislativa. A Igreja também teve participação ativa nesse processo, vindo a desenvolver “um notariado público legitimado ao qual cumpriria estabelecer os actos ou instrumentos jurídicos” (GOMES, 2000, p. 246). Ainda de acordo com Gomes, a tradição notarial poderia ainda ser mais antiga, considerando outros aspectos,

existiria uma tradição notarial no território português anterior ao reinado de D. Afonso II; que, ao longo do primeiro terço do século XIII, se processa uma evolução no sentido da autonomização dos notários profissionais da escrita, os quais deixam de derivar substancialmente das chancelarias eclesiásticas, especialmente as monásticas, para se afirmarem, paulatinamente, como um corpo social com capacidade organizativa curial própria legitimada por uma *auctoritas publica* que pode (continuar a) derivar de um foro eclesial, especialmente episcopal, mas também régio, senhorial laico ou mesmo concelhio; que, apesar da formação desse novo corpo social de "escrivas" exigir uma cultura notarial renovada, ele se manteve agarrado longos anos aos velhos modelos que enformavam a textualidade notarial. (GOMES, 2000, p. 246-247)

As *Ordenações Afonsinas*, compilação de leis que "sintetiza um longo excuro pela legislação medieval portuguesa: desde as leis promulgadas por D. Afonso II nas Cortes de Coimbra de 1211, até ao início da impressão das Ordenações Manuelinas, em 1512" (DOMINGUES, 2008, p. 11), já trazem informações sobre os cargos de tabelião e escrivão, produção documental e seu salário, ofício etc. O Livro I, Título XXXVII, por exemplo, *Do que pertence ao Officio dos Taballiaens, e artigos, que ham de levar com as Cartas dos Officios*, descreve as atribuições dos tabeliães e o seu procedimento diante das pessoas envolvidas no processo de produção documental. Primeiro com relação ao livro de protocolo, depois sobre a leitura do documento para conferência das partes e testemunhas para a outorga, finalmente sobre as assinaturas e procedimento diante de sua impossibilidade, sempre de modo que não haja nenhuma dúvida. Segue o texto das ordenações (ORDENAÇÕES AFONSINAS, 1984, p. 261):

I PRIMEIRAMENTE, que os ditos Taballiaes escrevam todas as notas dos contratos em livro de portacollo, e como forem escriptas, que logo as leam * perante (a) * as partes, e testemunhas; e se as partes as outrogarem, logo so-affinem de seus nomes as notas; e se affinar nom souberem, affine por elles hum das ditas testemunhas, ou alguu Taballiaa, e nom o que a nota fezer, fazendo mençom como sob-affina pola parte, ou partes, por quanto ellas nom sabem affinar: e se em leendo a dita nota, em ella for addido, ou minguido per antre linha, ou * riscadura, (b) * o dito Taballiam faça de tudo mençom na fim da dita nota ante da affinaçom das ditas partes, e testemunhas em guifa, que ao despois nom possa sobre ello vir duvida algua.

Figura 1. Imagem de trecho das *Ordenações Afonsinas*.

Diante dessas informações, algumas considerações sobre o contexto de produção de contratos podem ser levantadas. Trata-se de uma escrita acompanhada, provavelmente, pelas partes envolvidas, ou então por seus representantes. O tabelião tomava conhecimento da matéria do documento a ser produzido ou ouvia de momento à medida que compunha o texto. Em ambos os casos, o resultado de sua produção, de acordo com a habilidade do escriba, poderia se distanciar ou não da língua corrente, uma vez que, embora na fala o português continuasse a se transformar e de alguma forma influenciar o resultado gráfico, os escribas responsáveis pela produção dos contratos poderiam conservar na escrita a prática notarial a qual estavam acostumados a utilizar em seu ofício, de acordo com a tradição e a tipologia do documento.

Os contratos, portanto, devem ser considerados no contexto de sua tradição documental e diplomática, pois estão condicionados às circunstâncias sócio-culturais em que foram produzidos. Resultado de uma prática de escrita formalizada, com implicações profissionais hierarquicamente direcionadas pelo rei. Emiliano (1993, p. 206-207), ao tratar do notariado medieval, descreve muito bem esse contexto:

Cada texto, cada atestação escrita de uma variedade linguística constitui uma instância de língua, uma manifestação de um saber linguístico e escritural resultante de uma prática instituída e de uma tradição transmitida herdada e ensinada. Cada texto exprime ainda uma intenção comunicativa; por consequência, a análise do sistema grafémico e das representações grafémicas deve conduzir à explicitação ou reconstrução da intenção ortográfica e escritural do sujeito de escrita. (EMILIANO, 1993, p. 206-7)

Nesse sentido, mesmo se distanciando, ou tentando se distanciar por questões formais, do uso corrente da língua, os documentos notariais, especificamente os contratos, de caráter particular, permitem datar com precisão os dados linguísticos constantes deles, ou seja, levam à datação com precisão das formas atestadas.

Os contratos quatrocentistas e quinhentistas

Com os objetivos de observar a prática de escrita notarial nos séculos XV e XVI, analisar como os escribas da época documentavam a língua escrita, resultado predominantemente da prática constituída e da tradição notarial da qual faziam parte, e contribuir para os estudos sobre a história da língua portuguesa, especificamente relacionados aos projetos *Fontes para a História da Língua Portuguesa: edição de manuscritos dos períodos médio e clássico* e *Para a História do Português Paulista*, buscou-se compor um *corpus* com manuscritos desses séculos, escritos em Portugal e que se enquadrassem na esfera notarial referente à produção documental de contratos.

Compreende-se que a escolha de um *corpus* para a observação de processos de variação e mudança linguística deve considerar diversas perspectivas, questões geográficas, temporais, sociais, tipológicas, literárias ou não, para alcançar um material abrangente e diversificado, pelo qual seja possível caracterizar significativamente a escrita de determinada época (CARDEIRA, 2009). Diante de certas dificuldades, no entanto, nem sempre é possível ter em mãos material tão amplo concomitantemente, resultando no trabalho com tipologias documentais específicas num primeiro momento para que depois sejam agrupadas outras tipologias, e seus dados linguísticos colocados em comparação. Como cada tipo textual pode espelhar realidades linguísticas diversas, o estudo de contratos do XV e XVI pode contribuir consideravelmente para o conhecimento da língua escrita do período e fundamentar hipóteses sobre as transformações que o português sofreu ao longo de sua história.

O contexto de produção em questão e a realidade na qual estavam inseridos também podem ser identificados, como afirma Emiliano (1993, p. 207):

Se do ponto de vista diacrónico os textos notariais são representantes eloquentes de uma tradição, sincronicamente refletem o impacto e o alcance do escrito na realidade cultural a que pertencem, alicerçada e estruturada em função de concepções herdadas do passado.

A escolha por uma tipologia específica, no caso o contrato, deveu-se ao fato de em trabalho anterior (FACHIN; MONTE, 2016) ter sido estudado e editado de forma semidiplomática um documento intitulado *Contrato entre o cabido e o abade de Ronfe sobre o casal de vila Fuste da dita freguesia*, datado de 1506, proveniente da região de Guimarães, no Norte de Portugal. O manuscrito revelou um estado de língua muito conservador e diferenciado quanto ao processo de convergência das terminações nasais observadas em outros tipos de texto, de regiões variadas, escritos por pessoas de diferentes estratos sociais. Por essa razão, resolveu-se ampliar o mesmo estudo para um conjunto documental mais amplo, em número e cronologia, porém com a mesma tipologia, região e contexto de produção, para observar diacronicamente como os escribas da época faziam uso da língua e procurar situar a partir de que momento começaram a registrar na escrita as mudanças linguísticas que já estavam em operação na oralidade.

A classificação da tipologia desses textos como contratos baseia-se: 1) na utilização do termo *contrato* (e variações) nos documentos; 2) no seu enquadramento à descrição de Bellotto (2002, p. 60): “contrato é documento diplomático dispositivo pactual, horizontal”; 3) na classificação dada pelos especialistas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), onde se encontram depositados. Segundo Bellotto (2002), trata-se de registro de acordo pelo qual duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas estabelecem entre si algum direito e/ou obrigação.

O *corpus* deste estudo é composto por 30 contratos, produzidos entre 1406 e 1596, em pergaminho e papel. Os documentos estão localizados no ANTT e pertencem ao fundo da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de

Guimarães⁶. Estão organizados cronologicamente entre os documentos considerados particulares. Além deles, o fundo também possui documentos régios e eclesiásticos. Segue tabela com a indicação dos contratos. Na primeira coluna, o número de ordem, na segunda, o título encontrado no site do ANTT, seguido por sua datação.

<i>Número de ordem</i>	<i>Título (ANTT)</i>	<i>Datação cronológica</i>
1	Venda de cortes e campo no lugar de Sernande por Mjgel Esteuez e sua mulher, Margarid'Afonso, a Guiomar Lourenço.	1406
2	Sentença e contrato sobre o moinho e água do casal da Adeganha	1416
3	Contrato sobre o censo que se paga da metade de duas casas que estão na Rua do Gado e Lugar dos Amiais e o quarto do forno da judiaria e outra casa em Rua de Gatos, e outra leira da Almuinha de que se paga certo censo	1418
4	Doação do Casal do Barreiro, em Lageosa, e contrato que se acertou com obrigação de uma missa oficiada para sempre	1423
5	Contrato da água das várzeas de São João da Ponte, entre partes Campo do Fogo, em Vila Cova, e várzeas de São João da Ponte além do rio	1436
6	Contrato do cabido com Álvaro Anes, mercador, sobre herdades, vinhas e soutos em Pencelo	1444
7	Contrato de umas casas que estão na Rua de Santiago, que são de Tagilde, quatro maravedis e vinte soldos	1453
8	Contrato do censo sobre o Casal das Quintãs, Freguesia de Fermentões, e casas da Rua das Flores, com Gil Lourenço de Miranda	1455
9	Contrato de certo censo que o cabido há-de haver sobre o Casal da Carreira, Freguesia de São Torcato e Gominhães, que fez Fernão Lopes com o cabido de lhe pagar 5 libras	1455
10	Contrato sobre uma vinha da Quintã do Ribeiro, na Freguesia de Pinheiro, por cinco maravedis que se havia de pagar pela vinha de Golpilhais	1459
11	Contrato de Branca Afonso, mulher de Pedro Álvares, e seus filhos de como deram o Casal do Outeiro, em Polvoreira, por dois maravedis que estavam obrigados a pagar ao cabido	1460
12	Contrato sobre o Casal do Outeiro, na Freguesia de Joane	1460
13	Contrato que fez o cabido com os sapateiros sobre as missas e enterrar os pobres do hospital da Rua Sapateira	1462
14	Contrato sobre o Casal de Mata Clérigos, em São Pedro de Azurém	1462
15	Contrato entre o prior e cabido e Gonçalo de Carvalhais, cónego, sobre a Igreja de Caldelas, sobre as benfeitorias da dita igreja	1464
16	Contrato de irmandade para haverem por presentes os que o prior agravasse, entre o prior Afonso Gomes de Lemos	1465
17	Contrato entre o arcebispo e clerezia sobre as visitas e outras coisas	1467

⁶ Somente o contrato de número 1, datado de 1406, pertence ao fundo do Mosteiro de Vilarinho, atual concelho de Santo Tirso. A edição conservadora foi publicada por Martins (2001, p. 243-244).

18	Contrato e transacção do cabido sobre uma vinha e casas na Parota e no Casal de São Francisco o Velho	1481
19	Contrato entre o cabido de Braga e de Guimarães e toda a clerezia do seu termo e Montelongo, sobre o pagamento que faziam ao dito cabido de Braga de suas igrejas que visitavam	1481
20	Contrato entre o cabido e Fernão Carneiro sobre os dízimos de certas igrejas	1494
21	Contrato sobre o censo que se paga ao cabido das casas da Rua da Judiaria, que vendeu João Álvares, de Pencelo, pelas quais se pagavam duzentos e cinquenta reais	1495
22	Contrato entre o cabido e meios prebendados e obrigações que tem	1504
23	Contrauto antre o cabidoo e oa bade de rronffe sobre o casall de villa Juste da dita freiguesia	1506
24	Contrato do Campo da Parota	1514
25	Contrato com os freires de Telões sobre a fábrica da igreja	1522
26	Contrato com Fernão Martins sobre a capela de Telões e sobre terras da Quintã de Murzelos	1542
27	Contrato e obrigação do cabido de Guimarães a João Manolo	1557
28	Contrato de transacção e amigável composição entre os senhores do cabido e o senhor Arcipreste	1591
29	Contrato entre os senhores do cabido de Guimarães e doutor Bartolomeu do Vale sobre o Casal de Sendim	1594
30	Contrato e obrigação que o cabido fez com o licenciado Jerónimo Rodrigues, cónego para lhe dizerem certas missas para sempre, por dez medidas de herdade, na Batoca, Freguesia de São Martinho de Candoso e posse que destas se tomou	1596

Os contratos provêm de Guimarães, Noroeste de Portugal, e pertencem ao macro conjunto de documentos de carácter jurídico, também chamados de documentos notariais (MARTINS, 2001, p. 7). Tais documentos são fontes importantes de estudo linguístico, uma vez que geralmente trazem atestadas suas datações tópicas e cronológicas, envolvem gente comum, por oposição a pessoas ilustres e nobres, além de a elaboração dos documentos notariais coincidir muitas vezes com o momento em que a situação está ocorrendo – ou seja, registra-se determinado acordo entre partes logo após as partes terem concordado verbalmente na frente do tabelião. Nesse sentido, ressaltam-se as vantagens de se trabalhar com documentação não-literária, sobretudo quando a tipologia textual contém seções mais livres, com ausência de fórmulas cristalizadas, que podem registrar o uso corrente da língua.

A distribuição irregular do número de documentos ao longo dos quase dois séculos recobertos pelo *corpus* se deve à tentativa de verificar se, tal como observa Cardeira (2013), a inversão de tendência do uso de grafias não etimológicas se dá ao longo da segunda metade do século XV no gênero particular em estudo, os contratos. Daí o alto número de contratos selecionados para o período de 1450 a 1500: 15 documentos, que correspondem à metade do total de documentos do *corpus*.

O uso de contratos traz uma grande vantagem face a documentos de outros gêneros, uma vez que permitem efetuar a datação tópica e cronológica dos textos estudados. A observação do sinal público do tabelião na totalidade dos contratos transcritos e a análise codicológica e paleográfica, dentro dos limites da observação do original por meios digitais, permitem afastar a hipótese de que os documentos se tratem de cópias. Os suportes onde foram lavrados os contratos não apresentam marcas físicas que indiquem um processo de cópia. Corroboram

hipótese o fato de não se verificarem indícios linguísticos que deflagrem tal situação. Além disso, os tipos caligráficos correspondem aos tipos de letras comumente utilizados no período. O uso de documentos não literários, segundo Martins (2001, p. 14), "tornou possível controlar variáveis tais como a diferenciação dialectal e estilística e datar com exactidão as formas atestadas."

As terminações nasais

Os documentos que compõem o *corpus* deste estudo se enquadram num período da língua portuguesa denominado *português médio*⁷, que se estendeu do século XV ao XVI. Nas palavras de Cardeira (2009, p. 108), caracterizado como "mais do que um período de convivência entre formas arcaicas e aquelas que virão a perdurar, o português médio é um período relativamente curto, em que se registam mudanças que anunciam, já, o português que hoje falamos". Entre essas mudanças estariam a resolução de hiatos, a unificação das terminações nasais, a substituição da terminação *-udo* do particípio passado da 2ª e 3ª conjugações por *-ido*, a síncope de *-d-* na 2ª pessoa do plural da flexão verbal, a substituição da terminação paroxítona *-vil* por *-vel*, o desaparecimento da série átona dos possessivos *ma, ta, sa*, a regularização e fixação do gênero em formas nominais.

Especificamente sobre a questão das terminações nasais, Cardeira (2013, p. 547) chega à seguinte constatação:

Entre 1375 e 1475, a oscilação gráfica e a adoção de grafias não etimológicas apresentam um claro crescimento que atesta a tendência para a convergência. No Cancioneiro Geral, impresso em 1516, as terminações sem correspondência etimológica são abundantes, sendo a grafia predominante *-am* (ou *-ã*). Fato significativo na flexão verbal encontrar-se a terminação *-am*, alternando com *-om* e *-ão* em todos os tempos, quer nas terminações átonas quer nas tónicas e independentemente do étimo: *chamam ~ chamão; dam ~ dão; faram ~ farão; deram ~ derão*, etc., exemplos suficientes para perceber como a memória etimológica foi já apagada.

Sobre essa questão, Lorenzo (1988, p. 315-316) considera arcaicas as terminações nasais *-om* e *-am*, que, segundo o autor, com o andar do tempo confluíram-se no hiato primitivo *-ão*, convertido em ditongo nasal. Almeida (1999, p. 156) constata quanto a alternâncias nessas terminações que "a dada altura as terminações em *-am*, *-on* e *-ão* confundem-se, generalizando-se a terminação *-ão*". De acordo com Maia (1986, p. 80), "sob o ponto de vista cronológico, pode afirmar-se, com base no testemunho de gramáticos do século XVI, que já nessa época se encontrava consumada a fusão das três terminações *-ã* (-ANE), *-ão* (-ANU) e *-õ* (-ONE) em *-ão*". Oliveira (1536, cap. XLV), ao tratar das declinações dos nomes, relaciona a maioria dos vocábulos encontrados no *corpus* deste estudo num mesmo grupo de terminações em *-ão*:

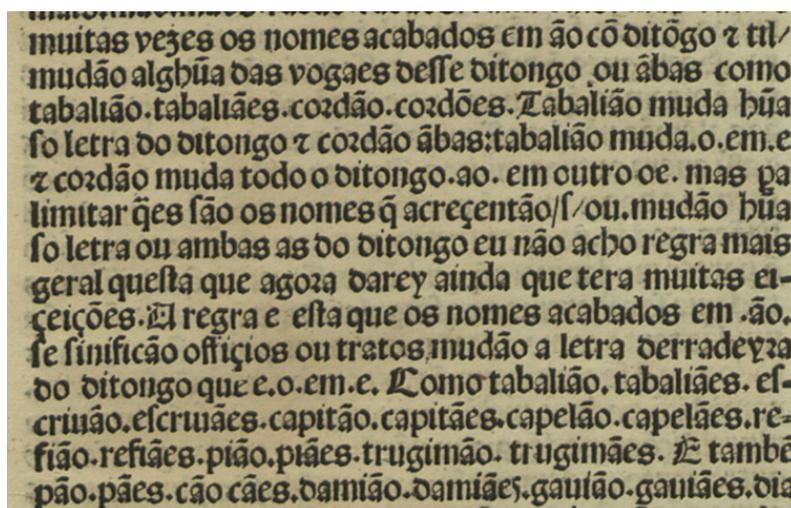


Figura 2. Imagem de trecho da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*.

⁷ Parte desta contextualização a respeito das terminações nasais no Português Médio foi tratada em capítulo de livro para o Projeto Para a História do Português Paulista (FACHIN; MONTE, 2016, no prelo).

Os dados colhidos por Cardeira demonstram, além de oscilação gráfica e adoção de grafias não etimológicas que atestariam a tendência para a convergência no ditongo nasal *-ão*, alternâncias entres as terminações, independente do tempo verbal, e a escassa utilização das formas antigas do verbo *ser* (*som*) e do advérbio de negação *não* (*nom*), ambos em variação com as formas modernas *são*, *não* e as predominantes *sam* e *nam*. Com base nesses resultados, conclui que *-am* e *-om* representavam já o ditongo e afirma que “em 1516 a oscilação é ainda a regra mas trata-se de uma oscilação que é meramente gráfica” (CARDEIRA, 2013, p. 548). Cardeira resume da seguinte maneira esse caso (2013, p. 547-548):

A documentação que observei revelou que entre 1375 e 1475 a oscilação gráfica e a adoção de grafias não etimológicas apresentam um claro crescimento que atesta a tendência para a convergência: se em 1400 as grafias que não correspondem à terminação etimológica não chegam a perfazer 5% do total de formas registadas na documentação analisada, em 1475 já se aproximam dos 30%, o que aponta para uma inversão da tendência no último quartel de Quatrocentos. No Cancioneiro Geral as terminações sem correspondência etimológica são abundantes, sendo a grafia predominante *-am* (ou *-ã*). É significativo que na flexão verbal encontremos esta terminação *-am*, alternando com *-om* e *-ão* em todos os tempos, quer nas terminações átonas quer nas tónicas e independentemente do étimo: *chamam* ~ *chamão*; *dam* ~ *dão*; *faram* ~ *farão*; *deram* ~ *derão*, etc. Alguns exemplos serão suficientes para percebermos como a memória etimológica foi já apagada:

A 3ª pessoa do plural do verbo *ser* surge apenas uma vez com a grafia antiga *som*, 21 vezes como *são* e 258 (92%) como *sam*. As grafias não etimológicas perfazem, portanto, 99.6%.

Uma palavra gramatical muito frequente, o advérbio de negação, surge ainda com a grafia tradicional e etimológica *nom* (432 ocorrências) e já com a moderna grafia *não* (23 ocorrências), mas a grafia claramente predominante é *nam* (2770 ocorrências). Ou seja, a grafia etimológica representa apenas 13.3% do total.

Nos nomes, a terminação *-om* aparece residualmente (apenas *contemplaçom* e *revelaçom*, em rima (79213) alternando com *-ão* e com *-am*. Note-se que a grafia *-am* pode ocorrer em formas cuja terminação etimológica é *-ANU*, como *sam* (< SANU) e que *-ão* surge para todas as etimologias (*pão* < PANE, *sermão* < SERMONE).

Tudo indica, pois, que *-am* representa já o ditongo. Aliás, as rimas confirmam esta observação. Repare-se nos seguintes exemplos, todos retirados da primeira composição (*Cuidar e Suspirar*): *melão:pam*; *cortesam:mão*; *questão:paixam*; *afeiçam:razão:condiçam*; *darão:poderão:paixam*.

Em pesquisa com documentos notariais do Noroeste e do Sul, de 1350 a 1500, Cardeira (2005) conclui, a respeito dos nomes de base *-ONE* que, nos finais do século XV, tantos os documentos setentrionais quanto os meridionais apresentam a terminação *-am* em cerca de 30% dos casos. No caso específico do vocábulo *tabeliom/tabeliam*, a terminação *-am* substitui completamente *-om* na segunda metade do século XV.

A análise das flexões verbais nos mesmos documentos mostra que, na maior parte dos casos, as terminações surgem de forma irregular, sem uma tendência definida. Por essa razão, excluem-se desta pesquisa as flexões verbais, que serão usadas como complementação à análise.

Com relação às palavras gramaticais, Cardeira (2005) verifica que somente na segunda metade do século XV elas começam a apresentar grafias não etimológicas, tanto nos documentos de Lisboa quanto nos do Noroeste, apesar de a percentagem de Lisboa ser significativamente mais elevada do que a da porção setentrional, de 1450 a 1500: 13,2% contra 3,3% de grafias inovadoras, como *entã*, *entam* e *nam*.

Levando-se em consideração o contexto de produção, o período em que os documentos foram produzidos e os resultados de Cardeira (2005), pretende-se verificar nos contratos utilizados como *corpus* se a segunda metade do século XV é o período em que, nesse conjunto específico de documentos, também se atesta a inversão da tendência de as grafias não etimológicas suplantarem as grafias etimológicas.

Levantamento das terminações nasais

O levantamento dos vocábulos com terminações nasais no *corpus* foi realizado mediante a decifração e a leitura dos documentos. A partir do levantamento inicial de todas as ocorrências localizadas, procedeu-se à classificação em nomes, palavras gramaticais e verbos. Tendo em vista o surgimento irregular das flexões verbais

nos documentos notariais pesquisados por Cardeira (2005) e a consequente indefinição de uma tendência nas terminações verbais, optou-se por excluir da análise quantitativa tais ocorrências, que ficaram reservadas para eventuais comentários qualitativos.

Também foram excluídas palavras de origem controversa, tais como *capellam*, que surge com essa grafia em dois documentos: um de 1465 e um de 1481. Segundo Cardeira (2005, p. 124), Machado (1995 *apud* Cardeira, 2005)⁸ deriva *capelão* do latim *CAPPELLĀNU, mas Louro (1952 *apud* Cardeira, 2005)⁹, A. G. Cunha (1987 *apud* Cardeira, 2005)¹⁰ e Corominas (1990 *apud* Cardeira, 2005)¹¹ propõem uma forma do antigo provençal, *capelan*, como origem no baixo latim CAPELLANU.

Ressaltam-se duas ocorrências de *pam*, com a terminação etimológica, em contrato de 1481. A conservação da grafia deste vocábulo contrasta com os dados encontrados por Cardeira (2005) no *Leal Conselheiro*, também conhecido como *Livro da Cartuxa*. Trata-se de livro escrito no reinado de D. Duarte, entre 1423 e 1438, sendo que a cópia utilizada para a análise data de finais de Quinhentos, por isso é provável que o copista tenha inserido modernizações na grafia. Parece que o faz justamente na palavra em questão, já que, como apontado pela autora (CARDEIRA, 2005, p. 125), a grafia <ão> para a etimologia -ANE “mostra-se considerável, mas incide apenas no vocábulo *pão*, com 10 ocorrências, ao lado de apenas uma de *pam*”. Reforça-se a hipótese da modernização, já que em documento de finais do Quatrocentos, como este, de 1481 (documento 19), a grafia verificada é *pam*.



Figura 3. Imagem de trecho do contrato nº 19 (1481).

Foram selecionados ao todo 439 dados, que representam as ocorrências de nomes e de palavras gramaticais nos trinta documentos selecionados para análise. As palavras gramaticais respondem por 22,6% dos dados (99 ocorrências). O advérbio de negação *não* corresponde a 21,2% desse total (93 ocorrências), sendo representado com a grafia etimológica (*nom/nō*) na maioria dos casos, 81 ocorrências, o que corresponde a 87,1% do total. Cardeira (2005) levanta 298 dados de palavras gramaticais nos contratos do Noroeste, de 1350 a 1500, e localiza apenas uma ocorrência do advérbio de negação sem a terminação gráfica com correspondência etimológica. Trata-se da forma *nam*, atestada em documento de 1499. No *corpus* de documentos notariais do Noroeste aqui estudado, a primeira ocorrência da forma não etimológica data de 1522: *nam*.

A tendência de conservadorismo na grafia de palavras gramaticais de alta frequência, como o advérbio de negação, é também verificada por Cardeira (2005), mesmo em documentos literários mais inovadores, como o *Leal Conselheiro*. Segundo a autora (2005, p. 129), “é possível que formas tão frequentes como estas criem tradições gráficas que não deixam transparecer o processo evolutivo em questão”.

Como as palavras gramaticais levantadas nos documentos notariais respondem por cerca de $\frac{1}{5}$ do *corpus* e há grande predominância de grafias etimológicas, optou-se por excluí-las do levantamento com a intenção de testar se suas ocorrências mascaravam os dados, ocasionando, por exemplo, uma sobrevalorização da frequência de grafias conservadoras. As diferenças de frequência foram: primeira metade do século XV - 98,32% de grafias etimológicas excluindo-se as palavras gramaticais contra 98,65% sem as excluir; segunda metade do século XV - 90,73% contra 92,44%; primeira metade do século XVI - 65,41% contra 70,27%; e segunda metade do século XVI - 7,46% contra 6,06%. Como as percentagens não sofreram alteração significativa, decidiu-se por manter tais dados das palavras gramaticais na contagem geral.

⁸ MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da língua portuguesa*. 7.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.

⁹ LOURO, José Inês. Origem e flexão de alguns nomes portugueses em -ão. *Boletim de Filologia*, 23, p. 37-65, 1952.

¹⁰ CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

¹¹ COROMINAS, Joan. *Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*. 3.ª ed., 5.ª reimpressão. Madrid: Gredos, 1990.

Análise das terminações nasais

Dada a importância do critério de classificação das terminações nasais em etimológicas e não etimológicas, exemplifica-se, no quadro a seguir, as classificações utilizadas a partir de palavras frequentes localizadas no *corpus*. Nas colunas grafia etimológica e grafia não etimológica¹², encontram-se alguns exemplos de grafias verificadas nos contratos.

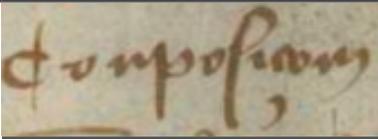
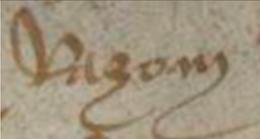
<i>Terminação Latina</i>	<i>Grafia latina</i>	<i>Grafia etimológica</i>	<i>Grafia não etimológica</i>
-ONE	<i>ratione</i>	razom, rezom, razõ	rrezam
	<i>compositione</i>	composiçom	compusyçam, composicã
-ANE	<i>pane</i>	pam	pão
	<i>non</i>	nom, nõ	não, nam

Nos contratos que compõem o *corpus* deste estudo, na primeira metade do século XV, a terminação nasal dos nomes apresenta quase exclusivamente a correspondência com a terminação etimológica. Somam 74 ocorrências no levantamento realizado, conforme demonstrado pelo quadro a seguir, dentre elas apenas uma se distancia da etimologia.

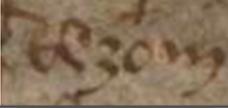
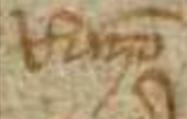
<i>1ª metade do século XV</i>		
Grafias etimológicas	73	98,65%
Grafias não etimológicas	1	1,35%

Pelos exemplos de ocorrências encontradas em documentos da primeira metade do século XV, como pode ser observado, a oscilação encontrada em comparação entre os diferentes punhos se caracteriza pelo grupo *-om/-õ*, mas no mesmo contexto representativo das terminações etimológicas. O caso não etimológico ocorre na palavra *tabeliam*, porém representada por meio de abreviatura com elementos sobrescritos.

Com base nesses dados, observa-se que a escrita dos contratos reflete um estado de língua mais antigo e conservador, ainda distante do quadro identificado por Cardeira (2005) em documentos do Noroeste e Sul de Portugal. Seguem alguns exemplos retirados do *corpus*.

<i>Doc. - Ano</i>	<i>Ocorrências</i>	
	<i>Imagem</i>	<i>Transcrição</i>
2 - 1418		composiçom
		Razom

¹² A etimologia dos vocábulos foi consultada no DELPo – *Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa*, disponível no endereço <<http://www.nehilp.org/~nehilp/>>.

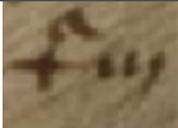
4 - 1423		tabaliõ
5 - 1436		Rezom
		tabeliam
6 - 1444		Razõ

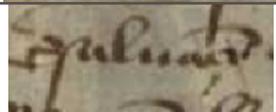
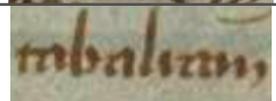
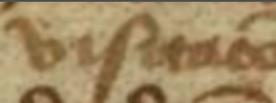
Na segunda metade do século XV, começa a crescer o percentual de grafias não etimológicas no *corpus*, alcançando 8% das 225 ocorrências levantadas. Os dados coletados indicam as etimológicas com um percentual de 92,44% e as não etimológicas com apenas 7,56%. Segundo Cardeira (2013, p. 547), "se em 1400 as grafias que não correspondem à terminação etimológica não chegam a perfazer 5% do total de formas registadas na documentação analisada, em 1475 já se aproximam dos 30%". O estado de língua dos contratos da segunda metade do XV ainda reflete, conservadoramente, características da escrita do início do século em questão.

2ª metade do século XV		
Grafias etimológicas	208	92,44%
Grafias não etimológicas	17	7,56%

Neste caso, a maioria dos escribas mantém a regularidade na representação das terminações nasais etimológicas. Os casos que começam a se distanciar, ainda de forma bem discreta, ocorreram em 5 documentos, quatro deles constantes do quadro abaixo, com oscilações entre as formas etimológicas e não etimológicas. Destaca-se nesse contexto o contrato de 11 de novembro de 1481, escrito pelo "público notário" chamado Nuno de Marques. Nele somente há formas não etimológicas para os nomes encontrados, são eles: *trasauçam*, *obrigaçam* e *condiçam*, com 3 ocorrências. Chamam a atenção nesse documento, paralelo aos exemplos citados, os casos das formas antigas das palavras gramaticais *soom* e *nom*, este com 2 ocorrências. Tal fato pode demonstrar que a transformação pela qual o português passou, relacionada às terminações nasais, não atingiu a escrita da mesma forma, principalmente quanto aos grupos em questão: nomes e palavras gramaticais.

Com relação ao vocábulo *tabelião*, diferentemente dos dados verificados nos documentos notariais por Cardeira (2005), há duas ocorrências da grafia etimológica na segunda metade do XV: *tabaliom*, em 1455, e *taballiom*, em 1462.

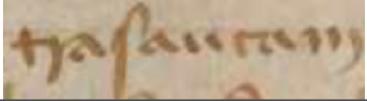
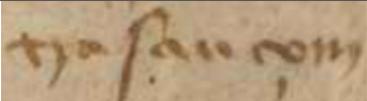
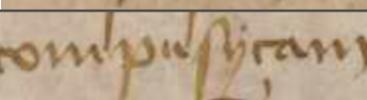
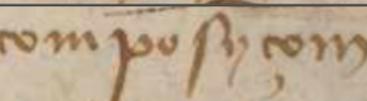
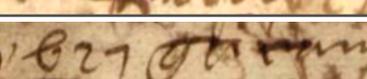
Doc. - ano	Ocorrências
10 - 1459	 tabeliam

11 - 1460		tabaliã
		Esaluãõ
14 - 1464		tabaliam
		composiçom
15 - 1465		rrezam
		rrazom
18 - 1481		visitaçõ

Já na primeira metade do século XVI, os dados levantados demonstram que houve um aumento considerável de usos não etimológicos. Das 74 ocorrências encontradas, 22 testemunham tal fato. As grafias inovadoras não chegavam nem a 8% na segunda metade do XV e na primeira metade do XVI atingem significativos 29,73%. Nesse período, nos documentos estudados por Cardeira e de acordo com diversos pesquisadores (MAIA, 1986; TEYSSIER, 1981; CASTRO, 2006), encontrava-se consumada a fusão das três terminações nasais, ou seja, a convergência das terminações para *-ão* já estava concretizada.

1ª metade do século XV		
Grafias etimológicas	52	70,27%
Grafias não etimológicas	22	29,73%

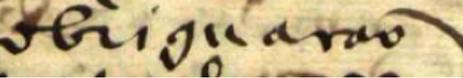
No caso do contrato de 1504, as terminações etimológicas ainda são predominantes. No de 1506, há exclusividade no uso de formas etimológicas. Já no documento escrito em 1522, as formas não etimológicas são exclusivas no punho do escriba. Embora já em oscilação em alguns punhos e exclusivas em outros, as terminações não etimológicas ainda não apresentam nenhum caso com *-ão* no *corpus*. Nessa tipologia documental tudo leva a acreditar que apenas na segunda metade esse fenômeno passou a ser registrado na escrita dos responsáveis pelos contratos da Colegiada de Guimarães.

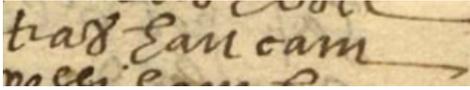
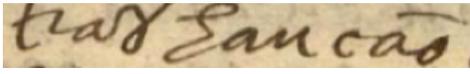
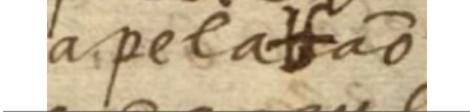
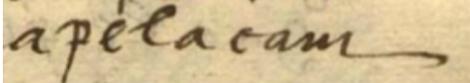
Doc. - ano	Ocorrências
22 - 1504	 trasaucam
	 trasauçom
	 compusyçam
	 composyçom
25 - 1522	 composicã
	 obrigacam

A exclusividade no uso de formas não etimológicas é observada com maior frequência apenas na segunda metade do século XVI, como demonstrado no quadro a seguir. Das 66 ocorrências encontradas, 62 são dessa forma. Neste caso, já com a forma *-ão* para grande parte dos dados coletados.

2ª metade do século XV		
Grafias etimológicas	4	6,06%
Grafias não etimológicas	62	93,94%

Em documento de 1594 encontram-se em oscilação formas em *-am* e *-ão*. Embora no contexto da oralidade, o ditongo nasal representado pudesse já ser *-ão*, na escrita do responsável pelo contrato, esse processo ainda não estava totalmente resolvido. Em outro de 1596, o número de ocorrências com *-am* supera consideravelmente o de *-ão*.

Doc. - ano	Ocorrências
1557 - 27	 obriguacão
	 João

1591 - 28		trashaucam
		trashaucaõ
		apela[c]aõ
		apelacam

Chama a atenção no contrato de 1557 o uso da terminação *-ão* para o nome próprio *João*, antes encontrado apenas por meio das oscilações *Joham* e *Johã*. A palavra gramatical *não* também já aparece com a mesma terminação convergida. Os verbos nesses documentos também já apresentam essa forma. No contrato de 1596, a principal fórmula dessa tipologia documental apresenta-se alterada, por meio da terminação *-ão*. Trata-se do manuscrito derradeiro no conjunto que compõe o *corpus*, sendo também, em relação ao aspecto mais marcante das suas características diplomáticas, a forma verbal com a qual os notários e tabeliães davam início ao contrato, ou seja, a construção cristalizada *Saibam*, que poderia apresentar-se *Saybam*, *Saybham*, *Saibham*, *Saibhã*, neste caso específico já aparece assim, *Saybaõ*.

Nesses dois séculos analisados, as formas verbais possuem tratamento conservador semelhante ao dos nomes e palavras gramaticais. Apenas em contrato de 1522, aparecem as primeiras ocorrências: *outorgaraõ*, *mandaraõ*. Outras ainda com terminação *-am* são utilizadas no mesmo documento: *pensaram*, *deram*.

O gráfico abaixo apresenta o percentual de grafias etimológicas e grafias não etimológicas ao longo dos séculos XV e XVI nos contratos que compõem o *corpus* do estudo. Por ele é possível observar como está documentado o uso de terminações nasais na prática de escrita notarial da região da Colegiada de Guimarães. Características e particularidades de um determinado uso do português escrito que espelha uma realidade bem particular, muitas vezes distante do período em que foi escrito, aproximando-se de um estágio anterior da língua, consequência de seu aspecto conservador.

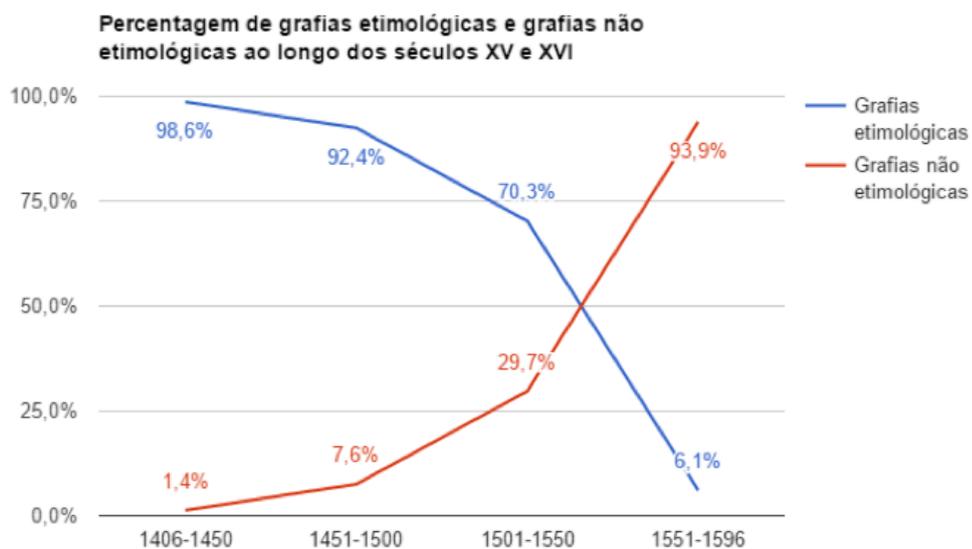


Figura 4. Gráfico da percentagem de grafias etimológicas e não etimológicas ao longo dos séculos XV e XVI.

A análise dos dados linguísticos do *corpus* revela que as grafias inovadoras das terminações nasais demoraram mais tempo para serem incorporadas nesse conjunto de documentos notariais provenientes de Guimarães. Enquanto Cardeira (2005; 2013) situa a inversão da tendência de grafias etimológicas vs. não etimológicas na segunda metade do XV, no *corpus* estudado, tal tendência só é verificada na passagem da primeira para a segunda metade do século XVI. De 1450 a 1500, os documentos apresentam ainda alta taxa de frequência de grafias etimológicas: 92,44%.

O fato de a datação tópica ser um fator relevante na conservação das grafias não se mostra como uma hipótese de peso, já que, como aponta Cardeira (2005, p. 149),

as diferenças entre os documentos do Noroeste e da região de Lisboa, no que respeita à grafia das terminações nasais, não se revelam muito significativas: em ambos se verifica uma tendência crescente no uso de terminações não etimológicas, embora pouco definida e irregular; essa tendência não indicia, contrariamente ao que poderíamos esperar, diferença na escolha da grafia para a terminação nasal conforme a proveniência regional da documentação.

O fato de a proveniência meridional ou setentrional dos documentos aparentemente não exercer influência na representação gráfica das terminações nasais reforça a hipótese de que o gênero desses textos, documentos notariais, tendia a ser mais conservador. No entanto, os dados apontam uma frequência de grafias etimológicas ainda relativamente alta entre 1500 e 1550, 70,3%, o que poderia indicar que a franja de separação entre o português médio e o português clássico, na prática de escrita dos responsáveis pelos contratos, talvez tenha durado mais tempo, adentrando a primeira metade do século XVI.

Considerações Finais

Apesar de as terminações nasais serem um fenômeno linguístico de destaque nas propostas de periodização do português (CASTRO, 1991; 2006; CARDEIRA, 2005; 2013) e a convergência ao ditongo *-ão* e sua representação gráfica não etimológica marcarem o período conhecido como *português médio*, é preciso ter cautela ao situar um texto dentro de determinado estado de língua apenas pela sua data de composição. Assim como é necessário ter ponderação ao se fazer o inverso, ou seja, caracterizar um dado período da língua pelos documentos produzidos naquele período. Ressalte-se que as propostas tradicionais de periodização se apoiaram habitualmente mais em fatores externos à língua do que propriamente linguísticos. Só recentemente que os estudos se debruçam sobre os textos para analisá-los linguisticamente, recolher o volume de dados suficiente e fazer o confronto necessário com os períodos até então preconizados. Como se vê no caso dos documentos notariais, apesar de já terem sido escritos após a data simbólica que marcaria o fim do *português médio* (após 1536), ainda apresentam alta frequência de ocorrências de grafias etimológicas, conservadoras, portanto, que os aproximam de um estágio mais antigo da língua.

A pesquisa com esse gênero de documento revela que ainda na primeira metade do século XVI verificava-se uma alta frequência de correspondência etimológica na grafia das terminações nasais: 70,3%. Não se observa, assim, um *patamar de estabilização* nesse conjunto de textos que caracterizaria a transição para o *português clássico*, mas sim uma alta taxa de grafias conservadoras que demonstram um longo processo de transformação no registro das terminações nasais do português. Tal observação aponta para uma tendência conservadora em documentos notariais do Noroeste, que poderiam, conforme o avanço das pesquisas com constituição de *corpora* de diferentes tipologias, fazer alargar-se ainda mais o período do *português médio*, cujo fim tradicionalmente coincide com a data da publicação da primeira gramática da língua portuguesa, em 1536, por Fernão de Oliveira. Talvez, como já se vem fazendo com relação ao período do *português antigo* e do próprio *português médio*, seja necessário associar mais fenômenos linguísticos, que, ao lado de fatores extralinguísticos, deem conta de documentar com mais precisão as fases de transição de um período da língua a outro.

A perspectiva de trabalho que ora se apresenta aponta no sentido da ampliação dos *corpora* de pesquisa com textos de diferentes gêneros, literários e não literários, datados do *português médio* no âmbito do projeto *Fontes para a História da Língua Portuguesa: edição de manuscritos dos períodos médio e clássico*, ligado ao *Projeto Para a História do Português Paulista* (PHPP). O estudo de documentos desse período levará, por exemplo, à formulação e verificação de hipóteses do caráter arcaico do português brasileiro.

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Fundo Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1380776>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Luísa. *As terminações nasais do português no começo do último quartel do século XIII*. Coimbra: Máthesis, nº 8, 1999.
- BECHARA, Evanildo. As fases da língua portuguesa escrita. In: Actes XVIII Congrès Int. de Linguistique et Philologie Romanes, III, Tübingen, 1991. p. 69-75.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- CARDEIRA, Esperança. Do Português Médio ao Clássico: o Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. In: HERRERO, Emili Casanova; RIGUAL, Cesareo Calvo (Eds.). Actas del XXVI Congreso Internacional de Linguística y de Filología Románicas, Valencia. Vol. I. De Gruyter, 2013. p. 543-554.
- _____. *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- _____. Revisitando a periodização do português: o português médio. *Domínios de Linguagem*, ano 3, nº 2, p. 103-115, 2009.
- CASTRO, Ivo. O português médio segundo Cintra (nuga bibliográfica). In: FARIA, Isabel Hub (Org.). *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos & Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999. p. 367-370.
- _____. *Introdução à História do Português*. Lisboa: Ed. Colibri, 2006.
- DELPO – Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.nehilp.org/~nehilp/>>. Acesso em: 06 jun. 2016.
- DOMINGUES, José. *As Ordenações Afonsinas: Três Séculos de Direito Medieval (1211-1512)*. Santiago de Compostela: Zéfiro, 2008.
- EMILIANO, António. O estudo dos documentos notariais latino-portugueses e a história da língua portuguesa. *Signo - Revista de Historia de la Cultura Escrita* (Universidade de Alcalá de Henares), 11, p. 77-126, 2003. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/aemiliano/CV/ficheiros/pub-15.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- _____. Considerações sobre o estudo da documentação notarial anterior ao séc. XIII. In: Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Coimbra. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1993. p. 195-210.
- FACHIN, Phablo Roberto Marchis; MONTE, Vanessa Martins do. E prometeram per boa fe de o assy comprir e manteer - estudo filológico de um contrato quinhentista. In: TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida; SIMÕES, J. S. (Org.). *História do Português Paulista*. Série Estudos, Vol. V, 1. ed. São Paulo: ed. a definir, 2016. No prelo.
- GOMES, Saul António. O Notariado Medieval Português: Algumas notas de investigação. *Hvmanitas*, vol. 52, p. 241-286, 2000.
- LORENZO, Ramón. Consideracións sobre as vocais nasais e o ditongo -ão en portugués. In: *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversário*, Consello de Cultura Galega, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, p. 289-326, 1988.
- MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do português*. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.
- _____. *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do Galego Português: Estudo linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- _____. *História da Língua Portuguesa*. Guia de Estudo, Coimbra: 1995.
- ORDENAÇÕES do Senhor Rey D. Affonso V, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1792. (Fac-símile com o título *Ordenações Afonsinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984). (5 vols.). Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>>. Acesso em: 15/04/2016.